



MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE FOMENTO Nº 040/2022 ID.: 04022. Data de emissão: 16/12/2022

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO RFB e PGFN: 6D2E.188D.EDF7.CC7E

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS: 2022111802333144673066

TERMO DE FOMENTO COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO E **CENTRO DE EDUCAÇÃO SANTA RITA - CEDUS** (PROCESSO Nº 416/2022 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 064/2022 – PROCESSO DIGITAL Nº 30.944/2022) COM FUNDAMENTO no Art. 30, inc. IV da Lei nº 13.019/14 e AS ALTERAÇÕES ADVINDAS PELA LEI Nº 13.205/15 E DECRETO MUNICIPAL Nº 7.172/17. HOMOLOGADO EM 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

DAS PARTES

NA QUALIDADE DE CONVENIENTE o **MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 75.904.524/0001-06, com sede administrativa na Rua Brasil n. 1.487 - Centro - em Campo Mourão, PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. TAUILLO TEZELLI**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.431.844-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 234.841.109-10, residente e domiciliado na Av. José Custódio de Oliveira, 1784, centro, nesta cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná; **NA QUALIDADE DE ANUENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representado por sua Secretária, **Sra. MARCIA CALDERAN DE MORAES** e de outro lado a organização Civil **NA QUALIDADE DE EXECUTORA: CENTRO DE EDUCAÇÃO SANTA RITA - CEDUS** entidade pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, CNPJ nº 77.923.498/0001-99, com sede na Rua Higienópolis, nº 1.186, Jardim Pio XII, em Campo Mourão (PR), CEP: 87.306-030, email: ceduscm@hotmail.com por sua representante **Sra. ELZA MOREIRA HANEL**, portadora da cédula de Identidade RG nº 1.208.167-7-SSP e CPF/MF nº 236.003.579-72, residente e domiciliado na Rua José Custódio de Oliveira, 1.825, centro, em Campo Mourão (PR), CEP: 87300-020, celebram a presente parceria que se regerá pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 com as alterações advindas pela Lei Federal nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015; pelo Decreto Municipal nº 7.172 de 27 de março de 2017 e suas posteriores alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente parceria será regida pelo disposto na Lei nº 13.019/14 e as alterações provenientes pela Lei nº 13.204/15, Decreto Municipal nº 7.172/17 no que couber, na Resolução nº 28/11 e Instrução Normativa nº 61/11, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei Municipal nº 3.242, Decreto Municipal nº 7172/17 e demais legislações aplicáveis ao assunto e é celebrado tendo em vista o contido no processo administrativo protocolado sob o nº 416/2022, doravante designado simplesmente "processo".

ESTE DOCUMENTO É CLASSIFICADO EM 16/12/2022 12:37:05 003-46
PARA O FIM DE SER CONSIDERADO ACÚMULO DE DOCUMENTOS

